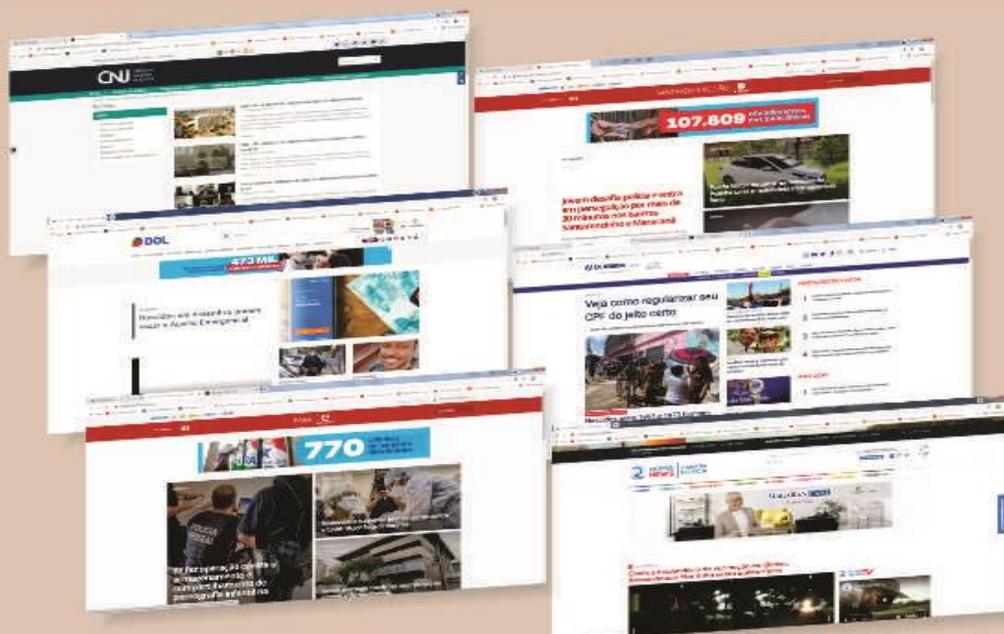




CLIPPING



08 e 09 de
Dezembro
2021

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

> OAB DO PARÁ REUNIÃO

O presidente eleito da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Pará, Eduardo Imbiriba, se reuniu, nesta semana, pela segunda vez, com a desembargadora Célia Regina, presidente do Tribunal de Justiça do Estado. Na pauta, a constante instabilidade do sistema do chamado processo judicial eletrônico e medidas que precisam ser adotadas para que o problema seja resolvido.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

FESTEJOS

Museu do Judiciário do Pará COMPLETA 50 ANOS

HÍBRIDA - Programação especial, on-line e presencial, no dia 10, vai marcar o cinquentenário do espaço considerado o primeiro do Judiciário Estadual no Brasil

O Museu do Judiciário paraense, intitulado Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes, comemora 50 anos de existência, nesta quarta-feira, 8, e é considerado o primeiro do Judiciário Estadual no Brasil. Diante dessa relevante data, ocorrerá na próxima sexta-feira, 10, das 9h às 12h, uma programação híbrida (on-line e presencial) voltada para homenagear o espaço e debater sobre a preservação da memória do Judiciário.

Às 9h30, de forma remota, haverá o pronunciamento do juiz do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e membro do Programa Nacional de Memória do Poder Judiciário (Proname), Carlos Alexandre Botcher. Após, ocorrerá a palestra no modo presencial e remoto "Amazônia e Cultura: o Brasil e o sistema internacional contemporâneo", com o pós-doutor em Ciência Política pela Unicamp e coordenador-geral do Departamento de Relações Internacionais do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), José Luiz Niemeyer dos Santos Filho.

Às 10h20, na modalidade presencial, a historiadora e servidora aposentada do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), Cacilda Maria Saraiwa Pinto, realizará palestra sobre o tema "Monteiro Lopes: meio século de resistência do Museu Judiciário". Às 11h20, haverá debates tendo como mediador o diretor do Sistema Integrado de Museus e Memórias da Secretaria de Estado de Cultura

Mesa de
Reunião de
Sessão Plenária,
utilizada desde a
primeira sessão
de Conselheiros
do Tribunal da
Relação de 1874



(Secult), Armando Sokral.

Também haverá, às 11h20, lançamento da exposição virtual "Perdas, memórias e recomeços", em homenagem às vítimas da Covid-19. Às 11h30, haverá programação cultural "Escambau a três", na modalidade presencial.

A programação é aberta ao público. O evento será realizado presencialmente no prédio-sede do TJPA - Anexo I, localizado na Avenida Almirante Barroso, com no máximo de 100 vagas. Porém, mais vagas on-line serão disponibilizadas aos demais participantes.

ACERVO

Criado e inaugurado no dia 8 de dezembro de 1971, no Dia da Justiça, o Museu Desembargador

Agnano de Moura Monteiro Lopes foi instalado no Palácio da Justiça, à época sede do Judiciário paraense, na gestão do presidente desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.

Seu acervo tem um caráter misto, com uma coleção que reúne documentos em suporte de papel, mobília, artes visuais (quadros e esculturas), porcelanas e medalhas. Dentre o acervo mais representativo está a Mesa de Reunião de Sessão Plenária, utilizada desde a primeira sessão de Conselheiros do Tribunal da Relação de 1874. O TJPA tem, ainda, fatos relevantes sobre os seus desembargadores. Foi no Judiciário paraense que o primeiro negro ocupou o cargo de presidente de Tribunal no Brasil, feito realizado pelo desembargador Agnano Monteiro

Lopes (biênio 1968 a 1975).

Também foi no TJPA que a primeira mulher presidiu um Tribunal no Brasil. A desembargadora Lydia Dias Fernandes assumiu a presidência do Judiciário paraense no biênio 1979 a 1981. Atualmente, o TJPA é o único Tribunal de Justiça do Brasil em que o número de desembargadoras (16) supera o número de desembargadores (11).

O Museu do TJPA desenvolve atividades de preservação, conservação e difusão da história, memória e acervo do Judiciário paraense, por meio de visita mediadas em modalidade virtual e presencial, pesquisas históricas e elaboração de publicações institucionais que registram a história do Judiciário paraense, como a série "Perfil dos Magistrados".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

VALÉRIA NASCIMENTO
DA REDAÇÃO

Conforme informações repassadas pelo Ministério Público Federal no Pará (MPF), a mineradora Imerys garantiu a instituições públicas que a partir de hoje vai começar a oferecer atendimento médico e a operacionalizar a distribuição de água a comunidades de Barcarena (PA).

De acordo com o MPF, o atendimento médico será oferecido na Vila do Conde e na Vila dos Cabanos. A distribuição de água vai começar pelas comunidades de Acuí, Curupeté e Ilha São João. Informações para as comunidades são fornecidas pelo WhatsApp (91) 99116-9767, da empresa.

O fornecimento de água potável a pelo menos outras sete comunidades foi demandado pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Pará (MPPA) e Defensoria Pública do Estado (DPE-PA), que determinaram urgência na apresentação de resposta da empresa. As instituições também requisitaram que a mineradora entregue kits de higiene e de alimentação a

famílias que eventualmente tenham deixado suas residências após o incêndio. Foi concedido à mineradora o prazo de 48 horas para apresentar o relatório das condições de segurança atuais do galpão com produtos químicos, em Barcarena. O prazo vence na próxima sexta-feira (10).

A solicitação foi feita a representantes da mineradora, na quarta-feira (8), em reunião entre o MPF, MPPA e o DPE, com o propósito de tomar conhecimento das providências tomadas, após o desastre ambiental dentro do parque industrial da Imerys, em Barcarena, na noite da última segunda-feira (6).

De acordo com o MPF, a empresa se comprometeu a apresentar a planta baixa atual das edificações, com indicação do despejo de todos os resíduos, inclusive de águas de chuva, também a outorga de uso de recursos hídricos em relação a todos os despejos. A Imerys disse que daria resposta sobre essas demandas, ainda, nesta quarta-feira.

Participam também da reunião representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

(Semas), Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Barcarena (Semade), Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa).

Os representantes da Imerys também teriam se comprometido a enviar aos órgãos presentes na reunião cópias do plano da mineradora para atuar em situações emergenciais, o chamado plano de contingência. Um dia após o desastre, na terça-feira, o MPF havia recomendado que a mineradora desse ampla publicidade aos fatos ocorridos, as apurações preliminares e providências adotadas após o incêndio.

Segundo a mineradora, a empresa está em contato direto com a prefeitura de Barcarena, para auxiliar no que for necessário, e as investigações estão em curso com a participação das autoridades locais, sem riscos detectados de novos focos de incêndio. Ainda de acordo com a Imerys, nenhum outro incidente foi registrado além do ocorrido na segunda-feira.

O MPF, MPPA e a DPE corroboraram uma postura proativa da mineradora, indicando que a empresa faça levantamentos em campo para o atendimento da população afetada.

No encontro foi pedido à Semas a conclusão, com urgência, da avaliação do pedido de renovação do licenciamento ambiental da empresa, há muito pendente, e representantes da secretaria se comprometeram a tratar o tema como prioritário. A Semas também informou que autou a Imerys por contaminação do ar, por não comunicação do ocorrido e por contaminação do solo do entorno.



Serviço:

Locais de atendimento médico

● **Clinica Moderna**: Rua Manoel Paraense, quadra 231, lote 6, na Vila dos Cabanos

● **Casa Imerys**: Rua Baião, sem número, na Vila do Conde

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO****SENTENÇA**

A Justiça de Cametá sentenciou os réus envolvidos em assalto a uma agência bancária da cidade. Jaimison Viana do Vale, Valdir Nunes dos Santos, Waldo Nunes dos Santos e Nazareno Ramos dos Santos foram condenados pelos crimes de roubo majorado, extorsão mediante sequestro e formação de quadrilha. Jaimison foi condenado a 29 anos enquanto os outros réus pegaram 33 anos, cada. O grupo tentou assaltar uma agência da cidade em junho de 2020, fazendo reféns familiares de uma funcionária dentro de sua própria casa, mas a PM conseguiu impedir o assalto.

VACINAÇÃO

Um documento elaborado pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais (Caods), enviado aos promotores de Justiça do Ministério Público do Pará, reafirma que os interesses da sociedade devem prevalecer sobre os direitos individuais. O MPPA recomenda que, nos casos em que os cidadãos se recusem a vacinar contra covid-19, medidas restritivas, previstas em lei, devem ser aplicadas. Um modelo de recomendação será encaminhado a prefeitos e secretários municipais de Saúde reforçando a obrigatoriedade da vacinação contra a covid-19.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MPs e Defensoria cobram ações para reduzir danos de incêndio

Os órgãos pediram providências urgentes à empresa Imerys para ajudar população de Barcarena que foi afetada pelo incidente em galpão na mineradora, como fornecimento de água e tratamento médico

IMPACTOS

O Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Pará (MPPA) e a Defensoria Pública do Estado (DPE-PA) cobraram, na manhã desta quarta-feira (8), que a mineradora Imerys tome providências urgentes como precaução e redução de eventuais impactos provocados pelo foco de incêndio ocorrido na noite de segunda-feira em um dos galpões da planta de beneficiamento da empresa, em Barcarena (PA).

Em reunião com representantes da mineradora, as instituições demandaram que a empresa forneça água potável, transporte, alojamento e tratamento médico – incluindo medicação – para comunidades do município. Também participam da reunião representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Barcarena (Semade) e da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa).

Na primeira etapa da reunião desta quarta-feira, durante a manhã, também ficou acertado com os representantes da Imerys que durante o dia a empresa vai enviar, a todos os órgãos públicos presentes na reunião, cópias do plano da mineradora para atuar em situações emergenciais, o chamado plano de contingência.

Também ficou definido que, dentro de 48 horas, a Imerys vai apresentar relatório das condições de segurança atuais do galpão de produtos químicos. A empresa se comprometeu, ainda, a apresentar a planta baixa atual das edificações, com indicação do despejo de todos os resíduos – inclusive de águas de chuva –, além de apresentar a outorga de uso de recursos hídricos em relação a todos os despejos.

Na reunião, representantes da Imerys apresentaram resposta à recomendação do MPF emitida na terça-feira. O MPF havia recomendado que a mineradora desse ampla publicidade aos fatos ocorridos, às apurações preliminares feitas pela empresa, às providências já adotadas e às medidas a serem tomadas quanto ao incidente, para assegurar

COMUNICAÇÃO

COMUNIDADES

Os representantes da mineradora registraram na reunião que a empresa tem um canal chamado Fala Comunidade, para comunicação via WhatsApp (91 99116-9767) com as comunidades.

transparência para a população afetada.

Segundo a mineradora, a empresa está em contato direto com a prefeitura de Barcarena, para auxiliar no que for necessário, e as investigações estão em curso com a participação das autoridades locais, sem riscos detectados de novos focos de incêndio. Ainda de acordo com a Imerys, nenhum outro incidente foi registrado além do ocorrido na segunda-feira.

POSTURA

MPF, MPPA e DPE cobraram uma postura proativa da mineradora, indicando que a empresa deve fazer levantamentos em campo para pleno atendimento da população afetada. Representantes da secretaria se comprometeram a tratar o tema como prioritário. A Semas tam-



Incêndio ocorreu na última segunda-feira em Vila do Conde e espalhou nuvem de fumaça
FOTO: REPRODUÇÃO

bém informou que logo após o incidente a secretaria autou a Imerys por contaminação do ar, por não comunicação do ocorrido e por contaminação do solo do entorno.

Desde segunda-feira equipes periciais integrantes de instituições públicas presentes na reunião e também de outros órgãos públicos, como Instituto Evandro Chagas (IEC) e Centro de Perícias Científicas (CPC) Renato

Chaves, estão trabalhando em Barcarena para coletar materiais e informações que possam ser úteis para explicar os motivos do incidente e a extensão dos seus impactos.

O incêndio ocorreu na segunda-feira (6), quando um dos galpões da Imerys pegou fogo e espalhou uma nuvem de fumaça sobre Vila do Conde, em Barcarena. O acidente, segundo a mineradora, teria sido provocado por um produ-

to químico usado no beneficiamento de caulim, o hidrossulfato de sódio.

Em nota, a Imerys informou que e após as reuniões com o MPPA, MPF e DPE nesta quarta-feira, 8, está analisando internamente as demandas. "As investigações acerca do incêndio ocorrido na noite de segunda-feira, 6, seguem em curso pela empresa com a participação das autoridades locais e estaduais", informou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

POUCAS E BOAS

Museu do judiciário

Nesta próxima quarta-feira, 8, o Museu do Judiciário paraense 'Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes', comemora 50 anos de existência. O museu é considerado o primeiro do Judiciário Estadual no Brasil. Para marcar a data, ocorrerá na próxima sexta-feira, 10, das 9h às 12h, uma programação híbrida (on-line e presencial) voltada para homenagear o museu e debater sobre a preservação da memória do Judiciário.

 08 DEZ 2021 - 10H00

SENTENÇA

Acusado de matar ex-namorada é condenado a 23 anos de prisão no Pará

08 DEZ 2021 - 13H52 | ATUALIZADO 08 DEZ 2021 - 13H51 | Compartilhar 6



Um homem identificado como Cassiano Araújo Silva, foi sentenciado a 23 anos de prisão em regime fechado na última sexta-feira, 3, na Comarca de Ourilândia do Norte, acusado de matar a ex-namorada, a jovem Kesia Alves Bezerra, 17 anos, no dia 18 de novembro de 2017, no sul do Pará.

O réu negou as acusações, imputando o crime a uma terceira pessoa não presente nos autos. Cassiano Silva e advogado fizeram a defesa, acusando uma pessoa, já morta, como autora do assassinato de Kesia Bezerra, pois a jovem teria sido vista com o suposto álibi em uma danceteria de Ourilândia do Norte.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O julgamento durou cerca de 7 horas e foi bastante tenso. A família da adolescente morta pelo ex-namorado esteve presente no Tribunal do Júri e todos estavam vestidos com camisetas estampadas com as fotos da moça viva e imagens dela morta com o rosto desfigurado pelas agressões provocadas pelo réu.

ENTENDA O CASO

Na época, o corpo de Kesia Bezerra foi encontrado em uma área de mata, próximo ao aeroporto de Ourilândia do Norte. O cadáver foi encontrado por moradores da área, na manhã do dia 19 de novembro de 2017. A acusação sustentou a tese de que Cassiano Silva seria a única pessoa interessada em matar a ex-namorada. Os jurados decidiram pela condenação do réu e o juiz aplicou a pena de 23 anos de reclusão.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CASO IMERYS

MP investiga incêndio em mineradora de Barcarena

08 DEZ 2021 - 09H26 | ATUALIZADO 08 DEZ 2021 - 09H26 | Compartilhar 2



O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio do promotor de Justiça Renato Belinni, instaurou nesta terça-feira, 7, notícia de fato para adotar as primeiras providências relacionadas ao incêndio ocorrido na noite desta segunda, 6, em área da empresa Imerys Rio Capim, localizada na Vila do Conde, município de Barcarena, em especial para estimar os possíveis danos ambientais decorrentes do incidente.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A Delegacia de Meio Ambiente e Proteção Animal (Demapa) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente Sustentabilidade (Semas) foram acionadas, assim como o Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, e o Instituto Evandro Chagas.

O Centro de Apoio Operacional Ambiental e o Centro de Apoio Operacional Técnico (CAOTEC) prestaram também apoio ao promotor de Justiça, com envio de uma equipe técnica do CAOTEC, para Barcarena, composta pelo engenheiro sanitário e ambiental, Thiago Matos e pela engenheira civil Maylor Ledo. O objetivo foi prestar apoio ao órgão de execução, bem como, fazer em conjunto com os demais órgãos, os primeiros levantamentos do local.

De acordo com o promotor de Justiça Renato Belinni, a causa do incêndio ainda não foi determinada, mas galões da substância hidrossulfato de sódio pegaram fogo em um galpão de depósito de produtos químicos. A Brigada de Incêndio e o Corpo de Bombeiros conseguiram retirar o material em chamas de dentro do depósito para uma área aberta, onde foram resfriados com água em abundância, o que provocou fumaça que atingiu os moradores do entorno do local.

Trinta e duas pessoas receberam atendimento médico e não houve vítima fatal nem com ferimento grave.

Com informações Ascom MPPA.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CASO MATTEO

Julgamento do caso de jovem que matou namorado em Santarém é adiado para 2022

08 DEZ 2021 - 08H15 | ATUALIZADO 08 DEZ 2021 - 08H55 | Compartilhar 8



O julgamento do caso da jovem, Raquel Travassos, que matou o namorado, Matteo, 24 anos, a tiros no município de Santarém, no oeste do Pará, foi adiado para 2022, que antes estava programada para ser feita na última segunda-feira, 06. Até o momento Raquel permanece em liberdade provisória.

A decisão foi tomada pela Justiça para priorizar as pautas dos réus presos. A nova data da audiência está marcada para o dia 21 de fevereiro, as 9h, e escutará a acusada e outras testemunhas. O juiz vai decidir se ela vai a júri popular ou não.

COMO ACONTECEU

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

No início da tarde do dia 21 de junho, moradores ouviram diversos disparos de arma de fogo em uma residência no bairro Caranazal em Santarém. [O homem identificado apenas como Matteo, de 24 anos, foi morto pela namorada pela sua namorada dentro de casa. Moradores informaram que três tiros de pistola teriam acertado o rapaz.](#)

A mulher, identificada como Raquel foi presa em flagrante e foi conduzida para a 16ª Seccional de Polícia Civil, onde prestou depoimento e deve ser encaminhada ainda nesta segunda-feira, para a ala feminina do Centro de Recuperação Agrícola Silvio Hall de Moura (CRASHM).

INSANIDADE MENTAL

Durante audiência de custódia de Raquel, realizada no dia 22 de junho, [os advogados da suspeita insanidade mental e solicitaram também que a prisão fosse convertida em domiciliar por Raquel ser mãe de uma criança de três anos.](#)

TESTE DE GRAVIDEZ

Durante a manhã do dia 24 de junho, [foi divulgado o resultado do teste de gravidez da jovem Raquel Travassos, de 21 anos. O teste deu negativo.](#) Uma possível gravidez foi levada em consideração pelo Juiz Gabriel Veloso de Araújo, da 3ª Vara Criminal de Santarém.

No exame que foi solicitado pela Justiça à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária o resultado foi a negativa da gestação. O teste foi assinado por dois farmacêuticos

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça condena quadrilha que rendeu família de funcionária de banco em tentativa de assalto em Cametá, no PA

Quatros homens foram condenados por roubo majorado, extorsão mediante sequestro e formação de quadrilha. Três seguem presos e um está foragido.

Por g1 Pará — Belém

08/12/2021 14h41 · Atualizado há 21 horas



Agência bancária em Cametá que foi alvo de tentativa de assalto — Foto: TV Liberal/Reprodução

A Justiça condenou a quadrilha que rendeu a família de uma funcionária do Banco do Estado do Pará (Banpará) em uma [tentativa de assalto em junho de 2020](#) na cidade paraense de Cametá, na região do Baixo Tocantins.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A condenação de quatro homens foi definida na segunda (6) e divulgada na terça-feira (7) pelo Tribunal de Justiça. Atualmente, três dos quatro condenados estão presos e um está foragido.

Os condenados ficarão presos por crimes de roubo majorado, extorsão mediante sequestro e formação de bando ou quadrilha, detalhou o TJPA.

Um dos réus foi condenado a 29 anos e seis meses de prisão e outros três receberam pena de 33 anos e sete meses de reclusão, incluindo o homem que segue foragido.

Na época, a casa de uma das funcionárias da agência bancária em [Cametá](#) foi invadida por assaltantes e a família dela foi feita refém - relembre no vídeo abaixo.

Enquanto a família era refém, a funcionária foi obrigada a deslocar até a agência para retirar dinheiro em horário que o banco estava fechado. A polícia impediu o assalto, os suspeitos fugiram e os reféns foram localizados amarrados em uma rodovia.



Agência do Banpará é alvo de assaltantes em Cametá

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



INCÊNDIO EM BARCARENA

MPs e Defensoria cobram ações da Imerys

Os órgãos pediram providências urgentes à empresa Imerys para ajudar população de Barcarena que foi afetada pelo incidente em galpão na mineradora, como fornecimento de água e tratamento médico

quinta-feira, 09/12/2021, 08:08 - Atualizado em 09/12/2021, 08:08 - Autor: Diário do Pará



O incêndio ocorreu na última segunda-feira (6), em Vila do Conde e espalhou nuvem de fumaça. | Reprodução/ redes sociais

O Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Pará (MPPA) e a Defensoria Pública do Estado (DPE-PA) cobraram, na manhã desta quarta-feira (8), que a mineradora Imerys tome providências urgentes como precaução e redução de eventuais impactos provocados pelo foco de incêndio ocorrido na noite de segunda-feira em um dos galpões da planta de beneficiamento da empresa, em Barcarena (PA).

Em reunião com representantes da mineradora, as instituições demandaram que a empresa forneça água potável, transporte, alojamento e tratamento médico –

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

incluindo medicação – para comunidades do município. Também participam da reunião representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), da Procuradoria- Geral do Estado (PGE), da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Barcarena (Semade) e da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa).

Na primeira etapa da reunião desta quarta-feira, durante a manhã, também ficou acertado com os representantes da Imerys que durante o dia a empresa vai enviar, a todos os órgãos públicos presentes na reunião, cópias do plano da mineradora para atuar em situações emergenciais, o chamado plano de contingência.

Também ficou definido que, dentro de 48 horas, a Imerys vai apresentar relatório das condições de segurança atuais do galpão de produtos químicos. A empresa se comprometeu, ainda, a apresentar a planta baixa atual das edificações, com indicação do despejo de todos os resíduos – inclusive de águas de chuva –, além de apresentar a outorga de uso de recursos hídricos em relação a todos os despejos.

Na reunião, representantes da Imerys apresentaram resposta à recomendação do MPF emitida na terça-feira. O MPF havia recomendado que a mineradora desse ampla publicidade aos fatos ocorridos, às apurações preliminares feitas pela empresa, às providências já adotadas e às medidas a serem tomadas quanto ao incidente, para assegurar transparência para a população afetada.

Segundo a mineradora, a empresa está em contato direto com a prefeitura de Barcarena, para auxiliar no que for necessário, e as investigações estão em curso com a participação das autoridades locais, sem riscos detectados de novos focos de incêndio. Ainda de acordo com a Imerys, nenhum outro incidente foi registrado além do ocorrido na segunda-feira.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

POSTURA

MPF, MPPA e DPE cobraram uma postura proativa da mineradora, indicando que a empresa deve fazer levantamentos em campo para pleno atendimento da população afetada. Representantes da secretaria se comprometeram a tratar o tema como prioritário. A Semas também informou que logo após o incidente a secretaria autuou a Imerys por contaminação do ar, por não comunicação do ocorrido e por contaminação do solo do entorno.

Desde segunda-feira equipes periciais integrantes de instituições públicas presentes na reunião e também de outros órgãos públicos, como Instituto Evandro Chagas (IEC) e Centro de Perícias Científicas (CPC) Renato Chaves, estão trabalhando em Barcarena para coletar materiais e informações que possam ser úteis para explicar os motivos do incidente e a extensão dos seus impactos.

O incêndio ocorreu na segunda-feira (6), quando um dos galpões da Imerys pegou fogo e espalhou uma nuvem de fumaça sobre a Vila do Conde, em Barcarena. O acidente, segundo a mineradora, teria sido provocado por um produto químico usado no beneficiamento de caulim, o hidrossulfito de sódio.

Em nota, a Imerys informou que após as reuniões com o MPPA, MPF e DPE nesta quarta-feira, 8, está analisando internamente as demandas. “As investigações acerca do incêndio ocorrido na noite da segunda-feira, 6, seguem em curso pela empresa com a participação das autoridades locais e estaduais”, informou.

COMUNIDADES

Os representantes da mineradora registraram na reunião que a empresa tem um canal chamado Fala Comunidade, para comunicação via WhatsApp (91 99116-9767) com as comunidades.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Operação termina com 15 homens presos em São Miguel do Guamá

Os trabalhos buscaram combater roubos, tráfico de drogas, violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes



O Liberal

08.12.21 22h09



Todos os presos foram encaminhados ao Sistema Penal e estão à disposição do Poder Judiciário. (Divulgação / Ascom PCPA)

Quinze homens foram presos no município de São Miguel do Guamá, no nordeste paraense, durante a Operação "São Miguel em Paz", de combate a roubos, tráfico de drogas, violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes. A operação durou 15 dias e foi executada pela Polícia Civil, em parceria com a Polícia Militar. O último dia de ação foi na terça-feira (7).

Segundo o delegado Ronaldo Lopes, titular da delegacia de São Miguel do Guamá, no decorrer desse período, foram efetuadas prisões em flagrante delito. "O trabalho integrado com a PM e o Poder Judiciário contribuíram de forma

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

decisiva para o sucesso da ação. Foram dias de intenso trabalho, com o objetivo de levar mais segurança e paz aos moradores da região", informou o delegado.

As diligências percorreram diversas localidades do município e regiões vizinhas, com o objetivo de combater a criminalidade. Após os autos de prisão, todos os presos foram encaminhados ao Sistema Penal e estão à disposição do Poder Judiciário.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça condena quadrilha que tentou assaltar agência bancária em Cametá

O crime ocorreu em junho de 2020. Na ocasião, familiares de uma funcionária foram feitos reféns na própria casa.



O Liberal

08.12.21 17h17



Quatro réus envolvidos na tentativa de assalto a uma agência bancária em Cametá, no Baixo Tocantins, foram condenados pelo Juízo Criminal da Comarca de Cametá. Jaimison Viana do Vale, Valdir Nunes dos Santos, Waldo Nunes dos Santos e Nazareno Ramos dos Santos foram condenados pelos crimes de roubo majorado, extorsão mediante sequestro e formação de bando ou quadrilha. A ação penal foi sentenciada na segunda-feira (6), pelo juiz Márcio Rebello.

O réu Jaimison Viana foi condenado a cumprir pena de 29 anos e seis meses de reclusão, mais 120 dias-multa. Já os réus Valdir Nunes, Waldo Nunes e

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Nazareno Ramos tiveram a condenação fechada em 33 anos e sete meses de reclusão e mais 139 dias-multa.

Os condenados tiveram as prisões preventivas mantidas, com exceção de Valdir Nunes dos Santos, que está foragido. O indiciado tem uma mandado de prisão em aberto contra ele, que já foi oficialmente condenado.

O crime ocorreu em junho de 2020. Na ocasião, o grupo tentou assaltar uma agência bancária de Cametá e fez familiares de uma funcionária do banco como reféns, dentro da própria casa. A polícia conseguiu impedir o assalto. Os condenados fugiram com os reféns, que foram localizados amarrados em uma estrada vicinal de acesso pela BR-422, a Transcametá, que liga o município de Cametá à Tucuruí.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br